

Recife, Volume 12, 2023 (01-16)

<https://doi.org/10.51359/2238-8052.2023.258920>

VENEZUELA: A RESISTÊNCIA HISTÓRICA DO BOLIVARIANISMO FRENTE ÀS PRESSÕES DO IMPERIALISMO

VENEZUELA: LA RESISTENCIA HISTÓRICA DEL BOLIVARIANISMO DELANTE DE LAS PRESIONES DEL IMPERIALISMO

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO¹

¹ Professor Titular do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Email: claudio.castilho@ufpe.br, ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3609-9914>

Artigo recebido em 29/05/2023, aceito em 12/12/2023.

Palavras-chave:

Eurocentrismo;
Colonialidade;
Decolonialidade;
Lutas anti-imperialistas;
América Latina.

RESUMO

Este ensaio foi realizado com o objetivo de avaliar em que medida o bolivarianismo está conseguindo resistir contra as sanções impostas pelo imperialismo, hoje sob a hegemonia dos Estados Unidos da América. Para isto, reolocamos as tentativas históricas de libertação, pelo bolivarianismo frente à colonialidade nos campos, ao mesmo tempo, do poder e do pensamento, bem como viajamos à Venezuela a fim de proceder à escuta aos cidadãos e às cidadãs daquele país. Como conclusão geral, constatamos que o bolivarianismo continua resistindo na sociedade venezuelana; mas, com dificuldades sobretudo em função da crise econômica provocada pelas referidas sanções e pela presença ainda forte da cultura estadunidense *in loco*, o que provocou a instauração de um considerável impasse que somente o povo venezuelano poderá superar.

Keywords:

Eurocentrismo;
Colonialidad;
Decolonialidad;
Luchas antimperialistas;
América Latina.

RESUMEN

Este ensayo se realizó con el objetivo de evaluar en qué medida el bolivarianismo está logrando resistir frente a las sanciones impuestas por el imperialismo, hoy bajo la hegemonía de los Estados Unidos de América. Para ello reemplazamos los intentos históricos de liberación, por el bolivarianismo frente a la colonialidad, en los campos, al mismo tiempo, del poder y del pensamiento, así como viajamos a Venezuela para escuchar a los ciudadanos y a las ciudadanas de ese país. Como conclusión general verificamos que el bolivarianismo continúa resistiendo en la sociedad venezolana; pero, con dificultades principalmente por la crisis económica provocada por las mencionadas sanciones y la aún fuerte presencia de la cultura estadounidense *in loco*, que provocaron el establecimiento de un considerable callejón sin salida que sólo el pueblo venezolano puede superar.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Considerando o nível das inter-relações gerais entre as escalas global e continental da questão inerente ao embate histórico estabelecido entre as dimensões da colonialidade e decolonialidade no âmbito do processo de libertação da América Latina, por meio do caso da Venezuela, este ensaio possui como objetivo central avaliar em que medida o bolivarianismo está resistindo às incursões fragmentadoras do imperialismo de conotação eurocentrista (em princípio sob hegemonia europeia e, sobretudo a partir de inícios do século XIX, sob hegemonia norte-americana).

Para isto, a investigação realizada *in loco* fundamentou-se, principalmente, na escuta a/à cidadãos/ãs venezuelanos/as em espaços que julgamos viáveis para a abordagem e conversa com as pessoas, tais como parques, praças, instituições culturais (museus e centros de cultura) bem como em estabelecimentos comerciais (restaurantes, lanchonetes, lojas).

A escolha dos lugares acima mencionados ocorreu, em princípio, como um “disfarce”¹ a fim de conversar com as pessoas nos momentos em que, supostamente, parávamos em um parque ou em uma praça para a contemplação do ambiente, iniciando conversas em tom provocativo com frequentadores/as daqueles espaços; visitávamos uma coleção de arte ou uma exposição, aproveitando-nos dos/as responsáveis pelas visitas guiadas para a obtenção das informações necessárias; e/ou puxávamos conversas rápidas nos próprios estabelecimentos comerciais frequentados.

A abordagem das pessoas aconteceu, portanto, de modo aleatório e as conversas desenrolavam-se livremente nos respectivos lugares, sobretudo, de trabalho e/ou lazer dos/as nossos/as interlocutores/as. É claro que nem todas as pessoas abordadas aceitaram conversar conosco e que algumas sequer nos respondiam se sim ou não fugindo de nós, o que, segundo nossa intuição, acontecia porque não desejavam falar. Todavia, pela própria determinação, simpatia e hospitalidade do povo venezuelano, a maior parte das pessoas abordadas não somente respondiam às nossas questões como também aprofundavam mais o diálogo colocando mais detalhes e demonstrando conhecimento da causa sobre a qual conversávamos.

Tratamos, assim, de realizar um diálogo que se baseou na conversação informal com as pessoas abordadas, partindo da ideia de que a conversação constitui uma ferramenta para se chegar à desejada construção coletiva obtida por meio do proferimento de palavras ditas livremente no âmbito de contextos concretos em que também devemos levar em conta o silêncio, a postura e a entonação no processo da conversação. Isso nos permitiu captar o sentido do objeto da conversação – o entendimento da resistência do bolivarianismo – enunciado, às vezes direta ou indiretamente; e isso, na medida em que, pela conversação, é

¹ No início, tentamos disfarçar, sobretudo em função da imagem deturbada que os *mass media* corporativos-comerciais brasileiros fazem da Venezuela como um país que é governado por um “ditador”. Porém, percebemos logo que não havia necessidade nenhuma de disfarces para conversar sobre política nos lugares visitados, o que nos levou a, de imediato, perceber que, mais uma vez, o direito à verdade, e não à toa como o sabemos, estava sendo negado ao povo brasileiro. Enfim, não nos esqueçamos do que tais *mass media* têm feito no Brasil com a finalidade de inviabilizar o processo de democratização que vinha acontecendo desde, sobretudo, o início do século XXI.

possível, também, perceber se as falas estão acontecendo com o efetivo conhecimento da causa do bolivarianismo.

Com isto, acreditamos que também estávamos contribuindo para reforçar o bolivarianismo na medida em que, tal como nos ensinou Freire (2019, p. 108), defendendo o diálogo como encontro das pessoas para a pronúncia do seu mundo como condição fundamental à sua real humanização, “Existir humanamente é pronunciar, é *pronunciar* o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos *pronunciantes* a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Antes da realização das conversas com as referidas pessoas, começávamos dizendo que a Venezuela estava nos encantando e que não compreendíamos por que razão um país tão rico e com um povo tão criativo, simpático e hospitaleiro estava passando por uma crise que parecia não ter fim. Com este introito, dependendo evidentemente do temperamento de cada uma, as pessoas começavam a falar às vezes sem parar, às vezes com ponderação; algumas, geralmente mais idosas, às vezes silenciavam-se como que lamentando de modo nostálgico pela perda de um passado em que se vivia melhor na Venezuela.

Com vistas a controlar as conversas a fim de evitar as digressões, havíamos, previamente, formulado 3 questões que julgamos fundamentais as quais às vezes também funcionavam como cortes das divagações a fim de retomarmos o fio condutor do nosso trabalho, quais foram: O bolivarianismo ainda existe? O que representa o bolivarianismo para o povo venezuelano? Vale a pena continuar lutando para consolidar o bolivarianismo?

O tratamento do resultado da abordagem, realizado pelas falas das pessoas escutadas, traduziu-se na seleção dos enunciados que, julgados relevantes, foram inseridos entre aspas nos itens da seção 3 deste ensaio, evitando a repetição das falas que possuíam o mesmo significado para não sobrecarregar o texto com detalhes excessivos.

Enfim, antes de entrar na discussão, é necessário acentuar que a ênfase no processo de deslindamento da decolonialidade do poder, segundo Haesbaert (2021, p. 37), reside na tarefa de “Reler e refazer o tempo à luz do espaço presente, objetivando um novo futuro que em hipótese alguma abandona o passado...”, razão pela qual, em outra passagem desta mesma obra, o autor coloca que “[...] para falar em pensamento de(s)colonial, é preciso falar primeiro das experiências políticas inovadoras que brotaram na América Latina..”. Muito embora, neste ensaio, tenhamos nos limitado a considerar as experiências gerais e iniciais reforçadoras do bolivarianismo; deixando para uma outra ocasião o aprofundamento da diversidade das experiências na sua escala interna.

Mesmo estando ciente das enormes limitações técnicas² para a redação de um ensaio como este, buscamos, sem nenhum tipo de dirigismo, conhecer a verdadeira intenção que julgamos estar escondida por

² Estada de apenas quinze dias em um país desconhecido para o autor, sem o necessário suporte de algum instituto acadêmico local; realização da escuta das pessoas abordadas aleatoriamente, sob uma expectativa inicial de receio, em princípio, de ser interpelado

detrás do discurso de demonização de mais um território – considerando suas dimensões referentes à tecnosfera (mundo dos objetos) e psicosfera (esfera da ação)³ – latino-americano, pelos *mass media* de tendência nitidamente neoliberal. Condição relevante para o tratamento da complexidade da resistência do bolivarianismo no âmbito da história das lutas anti-imperialistas na América Latina.

2. A RESISTÊNCIA DO BOLIVARIANISMO NA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Ao movimentar-se contra a dominação do sistema colonial instalado, desde o século XVI, pelos europeus no Continente Americano, algumas das suas lideranças políticas, em torno do interesse comum de tornarem-se membros de nações independentes, encetaram, para fortalecerem-se, processos de “integração” que, ao início do século XIX, levantaram a causa do *Pan-americanismo* em escala continental.

O *Pan-americanismo* constituiu, assim, um projeto de solidariedade para o fortalecimento dos povos latino-americanos contra as ameaças de recolonização das metrópoles colonizadoras europeias, promovendo a independência política conquistada e a paz almejada, fomentando desejos de inter-relação que surgiram anteriormente ainda nos combates contra o domínio das metrópoles.

Entretanto, em função das divergências internas existentes no próprio Continente, esse projeto traduziu-se em dois movimentos contraditórios e conflituosos, ou seja, o Bolivarianismo e o Monroísmo. Enquanto que, em princípio, o primeiro estava mais próximo da ideia da América efetivamente para os interesses dos povos latino-americanos, o segundo estava vinculado ao desejo dos Estados Unidos de ocuparem a América com a finalidade de fazer valer seus interesses imperialistas de conquistar e manter sua hegemonia como substitutos do domínio das metrópoles europeias.

Representando uma perspectiva *pan-americana* concebida e divulgada – a partir de 1815 – pelo venezuelano Simon Bolívar, o bolivarianismo sustentou as lutas anti-colônias, em princípio, na Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador, buscando suscitar a necessidade urgente de união continental capaz de combater as diversas investidas europeias e norte-americanas para a re-conquista da América Latina. Não obstante os insucessos deste sonho de união continental,

[...] Bolívar não desanimou de lutar pela fraternidade pan-americana e, em dezembro de 1824, enviou nota-circular aos governos americanos convidando-os a se reunir para organizar uma confederação. “Deve ser uma liga verdadeiramente americana, formada apenas dentro dos princípios de uma aliança ordinária para ser ofensiva e defensiva. [...] Nossa sociedade deve ser de nações irmãs, unidas, fortes e capazes de suportar a agressão de potências externas”. (Bolívar *apud* Aquino, Lemos, Oscar, 1989, p. 130)

por alguma autoridade local; e quantidade “limitada” de pessoas escutadas (30), não chegando, assim, a consolidar uma amostragem segundo os padrões estatísticos exigidos cientificamente, dentre outras limitações.

³ Segundo Santos (1997, p. 204), “A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, advindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas”.

Inerente à perspectiva imperialista norte-americana do *pan-americanismo*, o Monroísmo, que se manifestou, primeiramente em 1823, mediante a conhecida Doutrina Monroe⁴, de acordo com os autores acima citados, pode ser resumido na expressão que se tornou conhecida como *América para os americanos*. Porém, os termos “para os americanos” compreendia, na verdade, um estratagema “para atender os interesses dos Estados Unidos” contra a própria América Latina, muito embora, no discurso, isto tenha sido escamoteado sob o manto da integração solidária e fraterna entre as novas nações das Américas. Destarte, na prática,

Não houve solidariedade continental quando os dirigentes estadunidenses opuseram-se ao projeto de união americana no Congresso do Panamá, nem quando o Tratado Guadalupe-Hidalgo (1848) assegurou-lhes a Califórnia, Novo México, Arizona, Utah, Nevada e Texas que foram tomados ao México após vitoriosa campanha militar. Muito menos houve solidariedade continental quando o Tratado Clayton-Bulwer (1850), assinado com a Inglaterra, fixou as respectivas áreas de influência das duas sociedades e os EUA assumiram o compromisso de não empreender sem os ingleses a construção de um canal na América Central. (Bolívar *apud* Aquino, Lemos, Oscar, 1989, p. 134)

Esta doutrina, entretanto, no âmbito da psicosfera, nunca deixou de ser lembrada e retomada para o reforço das ações imperialistas sempre que o Império sentiu-se, direta ou indiretamente, ameaçado por interesses contrários aos seus. No primeiro caso, isto aconteceu sob a alcunha da política do *Big Stick* referente às ações imperialistas postas em prática desde o período do governo do presidente norte-americano Theodore Roosevelt ao início do século XX; e, no segundo caso, por meio das ações da Organização dos Estados Americanos (OEA) instituída em 1948. Por isto, para Porto-Gonçalves (2006, p. 158), a “*América para os americanos* de Simon Bolívar e San Martín não era a mesma *América para os americanos* da Doutrina Moroe dos EUA”.

Enfim, sob a máscara do discurso fundamentado nas ideias de promoção da paz, justiça e solidariedade, os verdadeiros interesses imperialistas estadunidenses têm sido escondidos. Desse modo, a garantia da independência, integridade territorial e soberania dos povos do Continente Americano só servia para atender aos interesses dos Estados Unidos. O Monroísmo continua, assim, bastante atento para combater qualquer tentativa de fazer valer ideias e ações que critiquem e, sobretudo, busquem construir alguma alternativa a esta doutrina, a exemplo do que aconteceu, de maneira mais difundida, após a Revolução Cubana (desde 1959) e a retomada do Bolívarianismo na Venezuela (desde 1999) que encabeçam alternativas ao imperialismo no nosso Continente.

2.1 Da descolonização à decolonialidade: um processo difícil e necessário

Dussel (2012), Quijano (2005) e Grosfoguel (2011a), dentre outros/as autores/as, têm chamado nossa atenção para a necessidade de distinguirmos, conceitualmente, os termos descolonização e decolonialidade.

⁴ Denominação tomada do nome do então presidente norte-americano James Moroe quando enviara uma mensagem ao Congresso dos Estados Unidos, em 1823, ratificando opinião contrária ao direito de intervenção europeia no Continente Americano, recriando áreas de colonização e revogando declarações de independência de suas eis colônias sustentadas pela Santa Aliança.

Advertência que nos é feita com a finalidade precípua de superarmos o mito da “descolonização do mundo” ou o do “mundo descolonizado”. Isto porque, sem esta superação, continuar-se-á escamoteando a continuidade da colonialidade do poder e a colonialidade epistêmica no mundo atual, mantendo o poder autoritário do Norte sobre o Sul.

A esse respeito, ressaltando a perspectiva da colonialidade do poder discutida por Quijano (2005), segundo a qual ainda vivemos em um mundo colonial, Grosfoguel (2011a) defende que devemos romper o estreito pensamento sobre a colonialidade a fim de superarmos o inacabado e incompleto sonho da descolonização do século XX, remetendo-nos, segundo ele, à necessidade de superar efetivamente o eurocentrismo com vistas à concretização da transmodernidade.

Transmodernity is Latin American philosopher of liberation Enrique Dussel's utopian project to transcend the Eurocentric version of modernity [...]. as opposed to Habermas project that what needs to be done is to fulfill the incomplete and unfinished project of modernity, Dussel's transmodernity is the project to fulfill the 20th Century unfinished and incomplete project of decolonization. Instead of a single modernity centered in Europe and imposed as a global design to the rest of the world, Dussel argues for a multiplicity of decolonial critical responses to eurocentered modernity from the subaltern cultures and epistemic location of colonized people around the world. (Grosfoguel, 2011a, p. 26)

Historicamente, o projeto decolonial teve sua primeira experiência no Haiti, antes mesmo da Revolução Cubana e do Bolivarianismo. Iniciado por volta da rebelião de 1791 com a eclosão de revoltas dos povos escravizados contra as classes dominantes dos senhores plantadores de açúcar, inspirado na Revolução Francesa (1789), o processo de libertação social e política dos/as negros/as no Haiti foi, segundo nossa visão, o primeiro que, de modo mais abrangente, teve êxito, chegando mesmo a libertar as pessoas escravizadas.

Com efeito, em 1804, havia sido proclamada a Independência do Haiti – espaço situado na metade da Ilha de São Domingos, Antilhas – buscando ir além da mera descolonização com relação a uma metrópole europeia na medida em que foi decretada a abolição da escravatura dos/as negros/as e mulatos/as. Destarte,

O processo de independência do Haiti teve originalmente caráter *econômico, político e social*. Surgiu das contradições sociais existentes na colônia, mas não foi unicamente uma rebelião de escravos nem apenas o resultado da luta dos mulatos para conquistar a igualdade anunciada na Revolução Francesa. Foi um amplo movimento em que a força decisiva estava nas massas dirigidas pela elite mulata e pelos elementos revolucionários da classe dos escravos, com o objetivo de estabelecer uma nova ordem econômica sob controle democrático. Representou um golpe definitivo no modo de produção escravista implantado na era colonial, apesar do caráter contraditório dos primeiros tempos da nova República, em que, ao lado das sobrevivências escravistas, instalava-se um capitalismo dependente. (Aquino, Lemos, Lopes, 1989, p. 113)

Não obstante o pioneirismo efetivo desta experiência de luta anticolonial com vistas à libertação do seu povo, não se conseguiu eliminar as bases do eurocentrismo, o que se deu em função de uma série de fatores dentre os quais os autores acima citados mencionaram os seguintes: o ex-escravo Dessaline foi proclamado imperador tomando Napoleão Bonaparte como inspiração, repetindo, assim, o modelo europeu do poder; rompeu-se a unidade do Haiti pelo antagonismo entre negros e mulatos, fragmentando ainda mais a sociedade local; estimulou-se a produção açucareira por meio do trabalho obrigatório nas plantações; e deteu-se a doação

de terras, incrementando-se o latifúndio. Em outras palavras, o colonialismo interno não havia sido superado de todo.

Esse exemplo de luta foi duramente combatido pela Europa e pelos Estados Unidos, tentando-se, pelo uso do *método violento da tábula rasa de encobrir o outro*, apagar a experiência haitiana da história oficial a fim de evitar a expansão das ideias e da prática que a nortearam para toda a América Latina. Por isto, o Haiti ainda hoje é um lugar que nunca deixou de ser propagado como “mau exemplo” sob imagem de que é o lugar da pobreza, miséria e tragédias.

Ali, no Haiti, se inauguraria uma outra página, ainda aberta, na geografia política mundial, posto que se tentava inscrever uma dupla emancipação que não era só emancipar-se da metrópole colonial, no caso da França de quem [...] o Haiti havia sido a colônia mais rica, mas, também emancipar-se dos senhores, no caso dos latifundiários brancos. O temor do que vinha do Haiti, cujo ‘*mau exemplo*’, segundo as palavras de Thomas Jefferson, *deveria ficar confinado à ilha*, ainda hoje vale uma placa colocada na fronteira com a vizinha República Dominicana que alerta para o *passo mal dado* do outro lado da fronteira. Iluminado pelas luzes de Paris, Napoleão não titubeou indicando que se restabelecesse o estatuto colonial no Haiti. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 155)

Não obstante, faz-se interessante notar que, coincidentemente ou não, outras duas experiências revolucionárias mais recentes na América Latina, que conseguiram realizar algo efetivamente diferente em termos de lutas anticoloniais em sentido abrangente foram justamente as de Cuba e Venezuela, países que se acham geograficamente próximos do Haiti. Mas que, mesmo assim, têm sofrido fortes sanções decididas e comandadas pelo Império o qual continua usando-se da política do *Big Stick* e da OEA para atender aos seus interesses opressores sobre a América Latina.

Por isso, apesar de ser uma tarefa reconhecidamente difícil, não podemos deixar de buscar o fortalecimento dos valores – de autonomia, soberania, justiça e paz dentre outros – que constituem condição *sine qua non* para a luta anticolonial por meio da qual libertaremos nossos povos da condição de “colônias” subalternizadas e oprimidas pelo eurocentrismo que respalda os interesses do Norte.

2.2 Sigamos a caminho da transmodernidade como ferramenta para a libertação do eurocentrismo

Reafirmando que, no século XIX, o processo emancipador na América Latina hegemônico pelos *criollos* fragmentou-se interna e rapidamente – visto que eles não conseguiram assumir e afirmar os projetos históricos dos indígenas, africanos libertos da escravidão, mestiços e outros grupos do bloco social dos oprimidos –, Dussel (2012) esclareceu o porquê do equívoco do sonho unificador do libertador Simón Bolívar.

No âmbito da *Filosofia da Libertação*, como possibilidade histórica do diálogo intercultural a partir da afirmação da alteridade, ao menos como ponto de partida para que *o-outro-excluído* e *dominado* pudesse efetivamente intervir no mundo, Dussel (2012) chama nossa atenção para que continuemos a trilhar os caminhos necessários à transmodernidade quebrando o mito da modernidade. Destarte,

Contra los Postmodernos no criticaremos la razón en cuanto tal; pero admitiremos su crítica contra la razón dominadora, victimaria, violenta. Contra el racionalismo universalista no

negamos su núcleo racional, sino su momento irracional del mito sacrificial. No negamos entonces la razón, sino la irracionalidad de la violencia del mito Moderno; no negamos la razón, sino la irracionalidad Postmoderna; afirmamos la “razón del Otro” hacia una *mundialidad* Trans-moderna. (Dussel, 2012, p. 30)

E isto deve ter seu começo na inclusão da alteridade negada, fazendo valer a dignidade e identidade das Outras culturas – reconhecendo e respeitando, portanto, a outridade –, possibilitando assim recuperar o caminho da transmodernidade. Ademais, de acordo com este mesmo autor, devemos colocarmo-nos na pele do índio, do africano escravizado, do operário explorado, dos milhões de miseráveis das cidades latinoamericanas contemporâneas como um exercício metodológico para superarmos nossa condição de encobertos/as.

Enfim, na condição de afirmar a razão como faculdade capaz de estabelecer um diálogo, ou seja, um discurso intersubjetivo com a razão do Outro, como razão alternativa, Dussel (2012, p. 202) chega à teoria da libertação, a qual se trata de

Un proyecto de racionalidad ampliada, donde la razón del Otro tiene lugar en una “comunidad de comunicación” en la que todos los humanos [...] puedan participar como iguales, pero al mismo tiempo en el respeto a su Alteridad, a su ser-Otro, “otredad” que debe estar garantizada hasta el plano de la “situación ideal de habla” (para hablar como Habermas) o en la “comunidad de comunicación ideal” o “transcendental” (de Apel).

Necessário ainda se faz colocar que a realização da efetiva transmodernidade requer, ao mesmo tempo, a eliminação do racismo, sobretudo pela sua forte presença como elemento inerente à modernidade, na medida em que constitui um fundamento básico da hierarquia global resultante das relações de superioridade e inferioridade tendo em vista a linha do humano no interior do sistema capitalista.

De acordo com Grosfoguel (2011b), fundamentado na contribuição de Frantz Fanon, os sujeitos que vivem no lado superior da linha do humano encontram-se na *zona do ser* e os que vivem no lado inferior desta linha encontram-se na *zona do não-ser*. Estas zonas tratam-se, respectivamente, dos lugares do colono e do colonizado, muito embora nenhuma destas escalas do acontecer humano seja homogênea, razão por que, muitas vezes, homens negros e mulheres negras têm negado sua condição de negros/as utilizando-se de máscaras para encobrir sua condição de negro/a.

Surge, então, a necessidade de uma ação conjunta sobre o indivíduo e sobre o grupo. Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a *conscientizar* seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais.

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor; se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a “manter as distâncias”; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de *escolher* a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (Fanon, 2008, p. 95-96)

Ademais, segundo este mesmo autor, em vez de complementaridade entre estas zonas escalares da linha do humano, o que há, na verdade, é oposição entre elas, na medida em que, *mutatis mutandis*, “Regidas

por uma lógica puramente aristotélica elas obedecem a um princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos está sobrando” (Fanon, 2022, p. 35).

Isto porque, acrescenta Grosfoguel (2011b), na primeira zona vivem as elites imperiais e os sujeitos oprimidos ocidentais, enquanto que na segunda vivem os sujeitos oprimidos não-ocidentais visto que se trata do mundo colonial. Logo, esta hierarquia referente à dominação colonial também se trata de uma espécie de racismo na medida em que a zona do *não-ser* encontra-se na condição de inferioridade racial frente à zona do ser considerada como superior.

Contudo, para que os aspectos supracitados no sentido da libertação da América Latina sejam efetivamente concretizados, é necessário que, nos nossos dias e ao mesmo tempo, se fortaleça a perspectiva do bolivarianismo dentre as demais que, na escala continental, signifiquem a superação efetiva da colonialidade no fazer e pensar o mundo estendendo o processo de decolonização às demais escalas territoriais do Continente *Abya Yala*.

3. RETOMANDO O PROCESSO DA DECOLONIALIDADE, PELA ESCUTA DE VENEZUELANOS/AS

Segundo Grosfoguel (2003), Hugo Rafael Chávez Frias conseguiu reunir alguns dos elementos fundamentais inerentes ao processo de decolonização da América Latina a partir das forças provenientes da resistência histórica do Sul, em duas escalas do seu acontecer histórico, ou seja, na da sua própria nação e nas do Continente e do Mundo.

No que diz respeito à primeira escala do acontecer histórico da resistência, o autor destacou pontos referentes à figura de quem, efetivamente, retomou princípios e práticas inerentes ao bolivarianismo entre os séculos XX e XXI, Hugo Chávez. Para ele, Chávez conseguiu: transcender a dicotomia esquerdista, em certa medida também eurocêntrica, entre o anarquismo e o estatismo, integrando aspectos inerentes a estas duas perspectivas políticas por meio da ocupação do Estado, destruindo-o a fim de reconstruí-lo como um Estado Comunal; comunalizar a economia e o poder; e encorajar o florescimento de uma pedagogia popular para explicar o porquê dos males econômicos sofridos pelo povo, educando-o no sentido da consolidação da resistência aos golpes do Império.

O pensamento descolonial parte, assim, do pressuposto de que uma visão moderno-colonial eurocêntrica (vista, às vezes, de forma excessivamente “monológica”), de pretensões ao mesmo tempo unitárias e universalistas, acaba se projetando pelo mundo, “sistematizando-o” de tal forma que as áreas que sofreram os processos de colonização mais profundos (impregnados geograficamente) e duradouros (historicamente) podem também ser aquelas com maior potencial para a resistência, para a rebeldia. Tal parece ser o caso da nossa “América Latina” – ou *Abua Yala* dos povos originários –. Nela tivemos o maior contingente de escravos, com um dos escravismos mais longevos e aí também [...] temos até hoje um dos mais violentos e ultrajantes extrativismos de “recursos naturais” do planeta (Haesbaert, 2021, p. 102-103).

No que concernem às escalas continental e mundial, o referido sociólogo destacou algumas das principais ações do bolivarianismo retomado por Chávez, quais foram: valorização dos povos locais; retomada

da tradição integradora bolivariana com a finalidade de fortalecer as relações Sul-Sul visando combater o imperialismo a partir da reunião dos povos da América Latina e do Caribe; estímulo à solidariedade, preponderantemente, entre os países do Sul, reafirmando os valores de igualdade presentes nas revoluções que haviam ocorrido no Haiti e em Cuba, nos séculos XIX e XX respectivamente; e, por conseguinte, reforço da resistência contra a globalização e o neoliberalismo, fazendo valer os ideais de independência, consolidando a soberania e autonomia dos povos da América Latina frente ao imperialismo.

Em torno da ideia segundo a qual cada geração deveria descobrir sua verdadeira missão no mundo, cabendo cumpri-la ou traí-la, Fanon (2022) enfatizara que, no contexto da colonização, a missão das sociedades sob o sistema colonial e, acrescentamos, neocolonial, era destruir o colonialismo europeu – hoje sob a hegemonia estadunidense – imperialista, eurocentrista e racista, sendo esta destruição, portanto, a missão fundamental na América Latina, África e Ásia.

Nesta perspectiva, para este pensador, dever-se-ia adquirir a consciência de que enquanto o «[...] trabalho do colono é tornar impossíveis quaisquer sonhos de liberdade do colonizado [, o] trabalho do colonizado é imaginar todas as combinações eventuais para aniquilar o colono» (Fanon, 2022, p. 87), inclusive desmanchar o discurso que se formula – os «maus exemplos do Haiti, de Cuba, da Venezuela, etc.» – com a finalidade de desacreditar e inviabilizar a necessária retomada das lutas anticoloniais.

Portanto, na difícil, longa e necessária tarefa de combater a colonialidade – a qual não se inscreve imediatamente numa perspectiva radical do nacionalismo –, tem-se que estar atentos/as para suprimir a cultura colonialista na busca da concretização da democracia efetiva, erradicando as diversas formas de subalternização e opressão dos homens e das mulheres no mundo colonizado.

A maior tarefa é compreender a todo momento o que acontece conosco. Não devemos cultivar o excepcional, buscar o herói, outra forma do líder. Devemos erguer o povo, ampliar o cérebro do povo, ocupá-lo, diferenciá-lo, torná-lo humano. Voltamos a cair nessa obsessão que gostaríamos de ver compartilhada pelo conjunto dos homens políticos [...] : a necessidade de esclarecer o esforço popular, de iluminar o trabalho, de livrá-lo de sua opacidade histórica. Ser responsável num país subdesenvolvido é saber que tudo se baseia, em definitivo, na educação das massas, na elevação do pensamento e naquilo que se denomina muito apressadamente a politização (Fanon, 2022, p. 195-6).

Enfim, mais uma vez, chegamos a um ponto que nos conduz à necessidade de realizar a educação popular, o que, por sua vez, não deixou de ser considerado durante o período da retomada do bolivarianismo na história recente da Venezuela. Com efeito, por toda parte das cidades e estradas pelas quais passamos naquele país, percebemos a reprodução de ideias do bolivarianismo (Figura 1), fazendo do espaço um verdadeiro território educativo que emite enunciados vinculados a princípios fundamentais da história das lutas voltadas para a construção de uma sociedade que está permanentemente buscando fazer valer os interesses efetivos do seu povo.

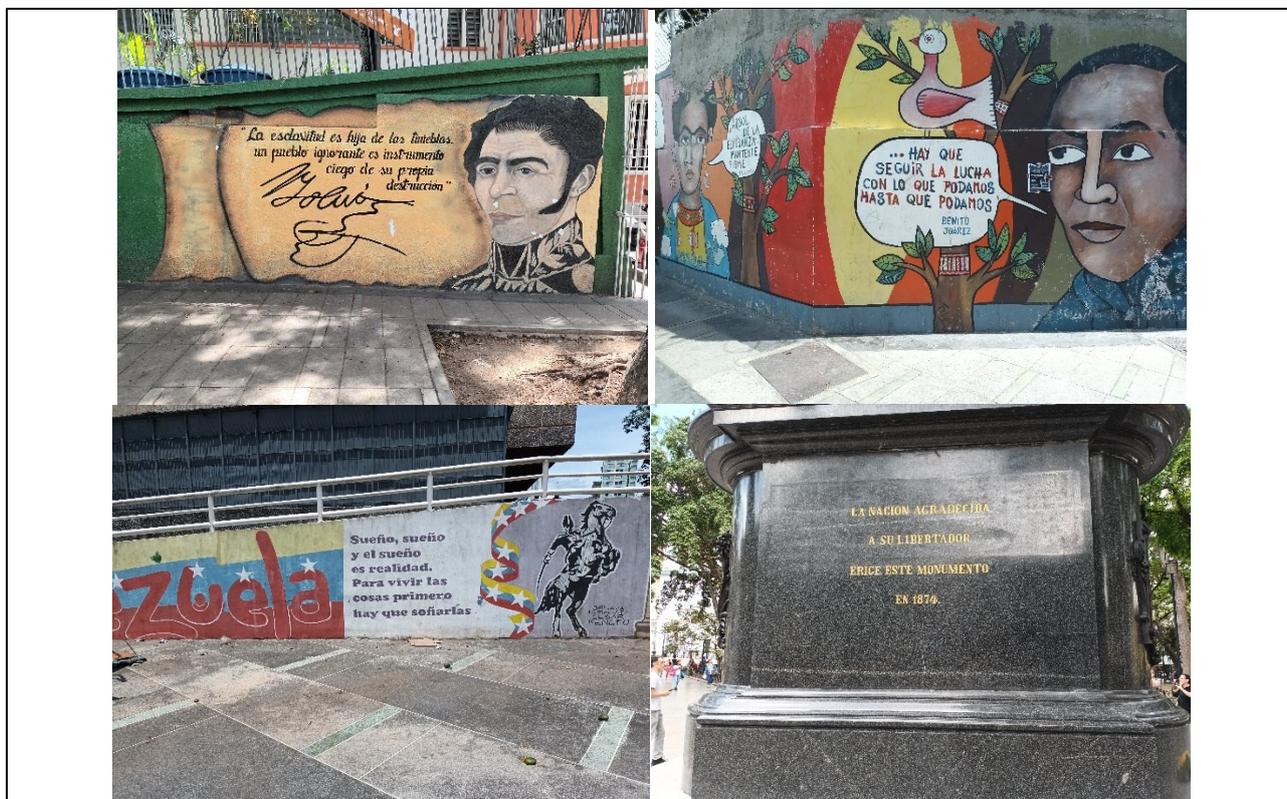


Figura 1 – Frases que representam princípios do bolivarianismo e homenagens cravadas nos monumentos espalhadas, pelo espaço urbano venezuelano.

Fonte: Fotografias tomadas pelo autor, em maio de 2023.

Os referidos enunciados, espalhados pelo espaço urbano venezuelano, fazem-se fundamentais para re-ativar a memória das lutas anticolonialistas – nas suas escalas, ao mesmo tempo, externa e interna – que a Venezuela e a América Latina têm travado, no curso da sua formação histórico-territorial; isto porque percebemos que o bolivarianismo continua forte junto à classe trabalhadora transversalmente vinculada a pessoas mestiças e negras.

Percebemos, assim, que a educação do povo está ultrapassando as fronteiras das instituições de ensino (básico, médio/técnico e superior) do país, fazendo do espaço geográfico um efetivo território educativo complementar à formação de cidadãos/ãs venezuelanos/as, para o que também se tem usado os meios de comunicação disponíveis dentre os quais se destacam a televisão, o rádio, etc.

3.1 O bolivarianismo no território venezuelano

Do total das pessoas abordadas (chegando ao quantitativo de 30) para a escuta, de acordo com o conteúdo das suas respectivas falas, distinguimos 2 grupos. O primeiro, com o qual conversamos, sem exceção, disse: que “o bolivarianismo acabou”, que “não existe mais bolivarianismo na Venezuela”, que “foi bom apenas em um período do país [o dos governos do Hugo Chávez]”, e que, justamente, “foi um sonho, um sonho que acabou após a morte de Hugo Chávez”.

Sobre o porquê do bolivarianismo ter acabado, ter acontecido apenas em um período da história do país e ter sido um sonho, pudemos perceber que, para as pessoas que o disseram, o bolivarianismo não passou de um conjunto de ações voltadas, no âmbito da tecnosfera, ou seja, no da mera distribuição de bens de consumo coletivo e obras de infraestrutura urbana – tais como habitação e transportes públicos –, e no da geração de renda e acesso a serviços públicos, confundindo o acesso a tais ações com o socialismo. Neste sentido, naquele país, o socialismo tornou-se sinônimo de bolivarianismo e/ou chavismo.

Essa visão simplista deve-se, principalmente, à ausência da compreensão da complexidade do bolivarianismo na história do Continente. E foi justamente por este motivo que notamos um esforço enorme do atual governo no sentido da realização de investimentos, por exemplo, em educação institucional e popular.

O conhecimento mais sistematizado é indispensável à luta popular e ele vai facilitar os programas de atuar [...]; mas esse conhecimento deve percorrer os caminhos da prática. Esse percurso, ele é imediato, o conhecimento “se dá” à reflexão através dos corpos humanos que estão resistindo e lutando, estão (portanto) aprendendo e tendo esperança. (Freire e Nogueira, 1989, p. 25)

Não sentimos, nestas pessoas, a compreensão de que muito além da perspectiva da distribuição de bens acima colocada, o bolivarianismo, do ponto de vista da psicofera, refere-se a um processo histórico de enfrentamento ao imperialismo racista e eurocentrista na América Latina, razão por que se avança na hipótese de que o trabalho de educação popular do período dos governos de Hugo Chávez ainda não conseguiu efetivar a revolução decolonial epistêmica. O que também deve estar relacionado com o fato de que a cultura estadunidense defendida pelas classes dominantes locais ainda está fortemente enraizada na Venezuela, a qual, por sua vez, predominou sem questionamentos, no país, até os anos 1990.

A burguesia comercial-financeira foi pressionada, às vezes golpeada, maltratada, mas não eliminada. Não só não foi superado o capitalismo como o seu funcionamento se tornou caótico, não tendo sido substituído pela estatização socialista [...] nem pelo “socialismo comunal” proposto produto da auto-organização das bases populares. No meio desta confusão, reproduziu-se a partir do Estado uma elite emergente parasitária com fachadas de bolivariana e práticas corruptas: a boli-burguesia. O velho sistema decadente não só sobreviveu aos seus antigos crápulas mas gerou novos homens de negócios turvos. (IELA, 2017a, p. 4)

Para o outro grupo de pessoas abordadas, representando a maioria dos/as nossos/as interlocutores/as, a compreensão do bolivarianismo vai além da sua perspectiva de distribuição bens de consumo coletivo, rendas e serviços públicos, tratando-se, concomitantemente, de uma luta histórica que deve ser permanentemente travada contra o Norte. E, acrescentamos, contra “os nortes”, levando-se em conta a dimensão do colonialismo interno que ainda se norteia pelo eurocentrismo, fazendo valer os interesses do Sul a partir da Venezuela, independentemente de quem esteja no Poder. Nesta perspectiva, não se confunde o movimento bolivarianista com o chavismo, muito embora Hugo Chávez tenha sido colocado como um grande líder deste movimento e provedor do bem-estar do povo venezuelano.

Antes da retomada do bolivarianismo, na condição de segundo produtor e primeiro exportador mundial de petróleo, sobretudo a partir da década de 1950, a Venezuela, segundo IELA (2017b), fortemente vinculada

à economia estadunidense de modo dependente com base no *Pacto de Punto Fijo*⁵ não conseguia reduzir as desigualdades sociais, diversificar sua estrutura produtiva e democratizar a sua estrutura do Poder. Esta situação suscitou, em 1989, segundo o mesmo documento, uma série de manifestações populares que se propagaram por toda a Venezuela.

Uma delas, o “Caracazo”, foi duramente reprimida pelo Estado, cujas forças mataram indiscriminadamente entre 1000 e 3000 pessoas. Em muitas ocasiões, as manifestações estudantis foram também reprimidas, tendo sido ordenado o fechamento da Universidade Central da Venezuela, que durou três anos, em 1968. Durante vários meses, as favelas de Caracas foram cercadas por forças militares e submetidas a toques de recolher. (IELA, 2017b, p. 5)

Mas tais arbitrariedades nunca são lembradas pelos *mass media* comerciais-corporativos, os quais, por sua vez, bombardeiam permanentemente as ações do bolivarianismo; mesmo que estas ações tenham, com base nos ganhos obtidos com o petróleo, reduzido as desigualdades sociais e a desnutrição infantil, expandido diversos projetos sociais que beneficiaram o povo venezuelano, ampliado o acesso às universidades públicas, etc.

Conquistas que aconteceram em um ambiente efetivo de democracia no âmbito do qual se construíram as chamadas Comunas Socialistas. De acordo com Rodrigues (2012, p. 38), as Comunas Socialistas constituíram “[...] instâncias de auto-gestão política e produtiva sob controle dos trabalhadores associados, em construção desde pelo menos 2008” que desejavam concretizar “[...] a utopia de superação do Estado burguês e do trabalho assalariado”. O que demonstra, enfim, o quanto a experiência da retomada do bolivarianismo incomodou o Império.

3.2 O significado do bolivarianismo para os/as venezuelanos/as escutados/as

Não obstante a divergência acerca das limitações epistemológicas sobre a verdadeira natureza do movimento bolivarianista ressaltada na seção anterior, o conjunto das falas das pessoas abordadas por nós, sobretudo daquelas pertencentes ao primeiro grupo, indicou que o problema residia no fato de que o sonho do bolivarianismo não se concretizou de modo a ter tido a continuidade necessária para mudar as condições efetivas de vida do povo venezuelano.

Para o segundo grupo das pessoas abordadas, entretanto, o bolivarianismo não somente “fez valer o sonho de uma América para os povos latino-americanos como também para o fortalecimento das lutas pela justiça social e soberania dos povos do Sul contra o imperialismo dos Estados Unidos”. Fala que foi reforçada

⁵ Estabelecido em 1957, este pacto, articulado pelas elites locais associadas aos interesses dos Estados Unidos, consistia em garantir a alternância de partidos políticos – tradicionais e conservadores – no poder com o objetivo principal de evitar a inserção e o fortalecimento de novos partidos na estrutura política da Venezuela. Tratava-se, enfim, de garantir a permanência da manutenção dos acordos estabelecidos com as empresas petrolíferas estadunidenses, a qual poderia ser questionada se partidos efetivamente progressistas se fortalecessem, tal como ocorreu quando Chávez chegou ao Poder.

por outra segundo a qual, devendo ter lugar em várias escalas do acontecer histórico-geográfico, “o movimento bolivarianista na Venezuela não somente promoveu acesso a obras públicas, serviços sociais e rendas como também ensinou ao povo que, como conquista social, este movimento nunca pode morrer nem na Venezuela e nem na América Latina e na África”.

Embora tenha sido um sonho, no caso das pessoas que o disseram, acreditamos que, mesmo como um sonho, o bolivarianismo é um movimento que continua existindo enquanto esperança de uma Venezuela mais “igualitária, justa, soberana e autônoma”, sendo este o seu verdadeiro significado. O que é corroborado pela visão das pessoas do último grupo, escutadas por nós.

Ainda, de acordo com estas pessoas, o que tem dificultado a concretização permanente do bolivarianismo é, para algumas, “a influência dos Estados Unidos que, por questão de Poder, querem tomar nosso petróleo e nosso ouro para continuar enriquecendo às nossas custas”; para outras, o problema reside na “corrupção do governo, cujos representantes vivem no luxo sem comover-se com o sofrimento do povo que está vivendo à míngua”; e, para outras, o “fracasso do bolivarianismo” aconteceu, ao mesmo tempo, devido aos dois problemas anteriormente indicados.

Ademais, tendo como suporte o fato da força da presença do americanismo – da cultura estadunidense – na Venezuela, ainda não eliminada pelo bolivarianismo, percebemos que se a crise econômica não existisse e se, por conseguinte, o povo estivesse tendo acesso a rendas e bens materiais como no período do Chávez, talvez o bolivarianismo apresentasse mais explicitamente sua força de antes. O que se justifica por falas do tipo: “[...] se as pessoas tivessem dinheiro para comprar mais, o governo estaria mais forte”; e “[...] se a miséria não tivesse aumentado, mas diminuído, como na época de Chávez, a Venezuela estaria melhor”. A propósito, “com fome, ninguém pensa em revolução”. Com efeito,

[...] a herança do chavismo é muito grande para que seja desperdiçado com intransigências. Uma recuperação econômica daria fôlego ao projeto. Permitiria rever, em seguida, seus déficits políticos [...]. Haverá tempo e ousadia para tais mudanças? Não sabemos. [...] vivemos em períodos muito turbulentos; a crise é profunda e tende a se agravar; nenhum futuro está definido; tudo dependerá de nossas ações. (Uma possível alternativa, 2019, p. 3)

E é por tais fatos de ordem, sobretudo econômica, que venezuelanos/as têm deixado o seu país; não porque a “Venezuela é uma ditadura”, tal como os *mass media* econômico-corporativos do Brasil têm divulgado. A este respeito, basta prestar mais atenção aos fatos que, de cara, derrubamos este discurso, ou seja, em que ditadura do mundo há liberdade para sair e voltar, quando se queira, do país? Em qual ditadura as pessoas podem falar livremente sobre seus governantes sem serem repreendidos e/ou presos? Em qual ditadura há liberdade de imprensa com meios de comunicação, inclusive privados, fazendo críticas abertas ao governo? Em qual ditadura do mundo há eleições para seus governantes? Talvez, somente nas ditaduras disfarçadas de democracias da América Latina sustentadas pelo Império.

3.3 Impasses na continuidade da luta para a consolidação do bolivarianismo

Diante do quadro de referências anteriormente ressaltado, a continuidade histórica do processo de consolidação do bolivarianismo encontra-se em uma nítida situação de impasse a qual pode ser representada pelas opções, apontadas pelos/as próprios/as venezuelanos/as abordados/as por nós, entre duas opções nitidamente postas.

A primeira consiste em retomá-lo como uma perspectiva histórico-geográfica de combate ao racismo reforçado pela racionalidade eurocentrista, recuperando e fazendo valer os ideais de soberania, justiça e autonomia dos povos latino-americanos articulados como alternativa ao imperialismo imposto, precisamente, desde 1492 em *Abya Yala*.

A segunda opção, por incompreensão da complexidade inerente à natureza dos imperativos da racionalidade acima citada, consiste em negá-lo a fim de se chegar a uma solução apenas para a crise socioeconômica que aflige a Venezuela desde o que se tem chamado *in loco* “fracasso do socialismo”, confundindo bolivarianismo e socialismo – para algumas pessoas – com o chavismo.

Esse impasse é, portanto, resultado da força que o imperialismo ainda possui para minar as conquistas alcançadas pela retomada do bolivarianismo em termos das suas dimensões, ao mesmo tempo, da tecnosfera e psicosfera, razão por que se a segunda opção for de fato a vencedora, o imperialismo terá chances de mais uma vez vencer a batalha tal como aconteceu no século XIX.

Entretanto, por outro lado, a primeira opção também apresenta-se forte como alternativa à retomada do bolivarianismo, sustentando-se no sonho esperançoso para que o povo venezuelano – e somente ele! – consiga superar o referido impasse na perspectiva da sua efetiva libertação; o que, ao mesmo tempo, será um movimento vitorioso para toda a América Latina como mais um protagonista exemplar na luta anti-imperialista.

Em 2024, haverá novas eleições presidenciais e o debate entre os candidatos já está em curso no país, inclusive em canais abertos locais de televisão, colocando as críticas necessárias e apresentando ideias, de modo livre e autônomo.

Em definitivo, acreditamos que o povo venezuelando está buscando uma solução democrática, pelo voto no candidato que escolherá. A este respeito, pelas falas da maioria das pessoas escutadas, sentimos que, não obstante terem apresentado simpatias pela situação ou pela oposição, “apesar da situação ser menos ruim do que a oposição [que é pior..., é péssima..., não é alternativa nenhuma...], queremos algo novo”; “não queria mais votar na situação..., mas se o candidato for do atual governo contra a oposição que aí está, ainda, infelizmente, votarei na situação”; “desejamos alguém que seja de fato oposição a N. M., mas que retome o sonho de Chávez”; “foi um sonho bom..., vivíamos melhor, Venezuela estava bem, quero isso, que Venezuela volte a crescer para recuperar e distribuir nossa riqueza..., é difícil entender como um país cheio de petróleo, ouro e diamantes tem uma população tão pobre”; enfim, “a gente não quer nada do que é nosso direito, viver bem como acontecia no governo de Hugo Chávez”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por um lado, é verdade que a Venezuela – país riquíssimo em recursos minerais (petróleo, ouro, diamantes, etc.) e em paisagens naturais e culturais capazes de causar inveja a qualquer lugar atualmente integrado ao circuito global do turismo – encontra-se em uma grave crise econômica com muita gente vivendo sob condições de extrema precariedade; razão por que, independentemente de quaisquer posições ideológicas, deseja sair dessa crise.

Não obstante a veracidade de tal problema, não percebemos grande quantidade de mendigos e pedintes em ruas e praças dos lugares por onde passamos; não nos sentimos inseguros quando passeávamos e/ou circulávamos pelos lugares com os transportes públicos; presenciamos espaços públicos acessíveis, limpos, bem cuidados, seguros, arborizados e com acesso à Internet; enfim, não percebemos nada de extraordinário com relação ao que acontece em outras cidades latino-americanas.

Pareceu-nos que estão surgindo forças políticas capazes de liderar um bloco social pela articulação de uma frente ampla com vistas a, fundamentando-se no desejo de mudança, superar o impasse delimitado na seção anterior. A este respeito, inclusive, tivemos a oportunidade de ouvir um candidato representante do movimento alternativo – entre “direita” e “esquerda” – que deixou muito claro que há necessidade de que, com base no uso soberano e autônomo dos seus próprios recursos naturais, o povo venezuelano venha a voltar a tirar proveito dessa riqueza que é sua e somente sua; mas que, ao mesmo tempo, o bolivarianismo deve continuar a ser considerado como expressão dos valores de igualdade, justiça, soberania e autonomia.

Talvez este seja um dos caminhos a serem seguidos, mas somente o povo venezuelano, superando ao mesmo tempo as várias manifestações, também, de um “colonialismo interno”, é que possui as condições necessárias e pode decidi-lo, reinventando permanentemente os seus territórios e as suas territorialidades como dimensões históricas, portanto, reinventando-se permanentemente sem nenhuma interferência do Império. O que, como bem acentuou Porto-Gonçalves (2006, p. 165), só se consegue indo além da resistência, *r-existindo*, ou seja, existindo entre as diferentes lógicas de mundo a partir de um lugar próprio tanto do ponto de vista geográfico como epistêmico.

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos *r-existência*, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas.

Por outro lado, como “a revolução não se faz em um só país”, faz-se urgente que também ocorram alianças na escala continental – pelo menos entre as principais lideranças da América Latina – que assumam a luta da Venezuela como sua própria luta uma vez que a luta contra o imperialismo é uma luta de todos os povos deste Continente e junto aos demais continentes do Sul. Acreditamos que a União das Nações do Sul (UNASUL), com a participação da Venezuela, possa ser uma alternativa solidária necessária para o reforço da luta anti-imperialista a partir da América Latina. Sigamos na luta permanente, difícil e necessária!!!

5. REFERÊNCIAS

- Aquino, R. S. L. de, Lemos, N. J. F. de, Lopes, O. G. P. C. (1989). História das sociedades americanas. Rio de Janeiro: Eu e Você.
- Dussel, E. (2012). 1492. El encubrimiento del otro (Hacia el origen del “mito de la modernidade”). Buenos Aires: Docencia.
- Fanon, F. (2008[1952]). Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Fanon, F. (2022 [1961]). Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Zahar.
- Grosfoguel, R. (2011a). Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. *Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world*, 1(1), 1-37. doi.org/10.5070/T411000004
- Grosfoguel, R. (2011b). La decolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión decolonial de Frantz Fanon y la sociología decolonial de Boaventura de Sousa Santos. Disponível: https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Ramon%20Grosfoguel%20CIDOB_2011.PDF Acessado em: 06 de maio de 2023.
- Grosfoguel, R. (2023). Entrevista concedida a Carlos Arellán, no programa El mundo em contexto, aos 2 de março de 2023. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=Sts5NC-1bJ8> Acessado em: 04 de abril de 2023.
- Freire, P. (2019). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro-São Paulo, Paz & Terra.
- Freire, P., Nogueira, A. (1989). Que fazer? Teoria e prática em educação popular. Petrópolis, Vozes.
- IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos. (2017a) Venezuela, entre o chavismo e a restauração colonial. Disponível: <https://iela.ufsc.br/venezuela-entre-o-chavismo-e-a-restauracao-colonial/> Acessado em: 10 de maio de 2023.
- IELA – Instituto de Estudos Latino-Americanos. (2017b) Para entender a Venezuela. Disponível: <https://iela.ufsc.br/para-entender-a-venezuela/> Acessado em: 10 de maio de 2023.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Ed.), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, CLACSO, 117-142.
- Haesbaert, R. (2021). Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Buenos Aires, CLACSO.
- Porto-Gonçalves, C. W. (2006). A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires, CLACSO.
- Rodrigues, N. S. (2012). As comunas socialistas da Venezuela: política e produção material sob o controle dos trabalhadores associados. *Revista espaço acadêmico*, n. 137, p. 37-44.
- Santos, M. (1997). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Editora Hucitec.
- Uma possível alternativa. (2019). Chavismo não está condenado. Suas vastas conquistas políticas e sociais podem ser preservadas. Mas é preciso corrigir erros graves e romper velhos tabus. *Boletim outras palavras*. Disponível: <https://outraspalavras.net/author/maerkweisbrot/> Acessado em: 10 de maio de 2023.